

OS DILEMAS DA DICOTOMIA RURAL-URBANO: ALGUMAS REFLEXÕES.

Fausto Brito
Marcy R. Martins Soares
Ana Paula G.de Freitas

Um dos temas mais discutidos nas Ciências Sociais no Brasil é o verdadeiro significado, nos dias de hoje, da clássica dicotomia rural – urbano. Argumenta-se que uma das principais fontes de dados, os Censos Demográficos, estão limitados pelas imposições do decreto de 2 de março de 1938, no período do Estado Novo, que definiu como urbana a população residente nas sedes dos municípios – as cidades – ou nos seus distritos – as vilas –, independente do seu número. Cita-se o caso extremo, entre muitos, de União da Serra, no Rio Grande do Sul, com apenas 18 habitantes em 2000. (Veiga, 2003). Não se pode omitir que o próprio IBGE fez um esforço, inócua sem dúvida, como será visto posteriormente, para ampliar a classificação além da dicotomia.

Insistindo na relevância do problema, pode-se acrescentar ao argumento anterior, ainda considerando o último Censo, que dos 5.507 municípios existentes no Brasil em 2000, 48,0% eram menores do que 10.000 habitantes e neles residiam cerca de 14 milhões de habitantes. Questiona-se, um município com menos de 10.000 habitantes pode ter características tipicamente urbanas?

Esse limite pode ser ampliado, chegando aos 20.000 habitantes, bem ao gosto de alguns cientistas sociais que viram nesse número uma “proxy” do divisor de águas entre o verdadeiro urbano e o rural (Martine, 1998). Abaixo dele encontram-se 73,0% dos municípios brasileiros, onde residiam em 2000 cerca de 35 milhões de habitantes. Se pela definição do IBGE, nesse mesmo período, o Brasil teria 81,2 % da sua população residindo em áreas urbanas, utilizando-se dessa “proxy, ou seja, considerando como urbana somente a população residente nas cidades maiores do que 20.000 habitantes, o grau de urbanização cairia para a 70, %.

Porém, seria justo mencionar, a preocupação dos autores citados não é meramente encontrar um limite demográfico, mas de se elaborar critérios que tornem mais fidedignas as definições operacionais de urbano e de rural.

Outros autores, como Graziano (2001), vão além no seu questionamento, mostrando a grande dificuldade de se definir, no plano das atividades econômicas, as que são tipicamente urbanas ou rurais, como já foram no passado. Considerando a PNAD de 1999, o Brasil teria “quinze milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja 4,6 milhões de trabalhadores –

trabalhando em ocupações rurais não agrícolas” ...”mais importante do que isso, as ocupações não agrícolas cresceram na década de 90 a uma taxa de 3,7% ao ano, enquanto isso, o emprego agrícola, em função das da mecanização da colheita de nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente, a uma taxa de -1,7% ao ano” (Graziano, 2001)

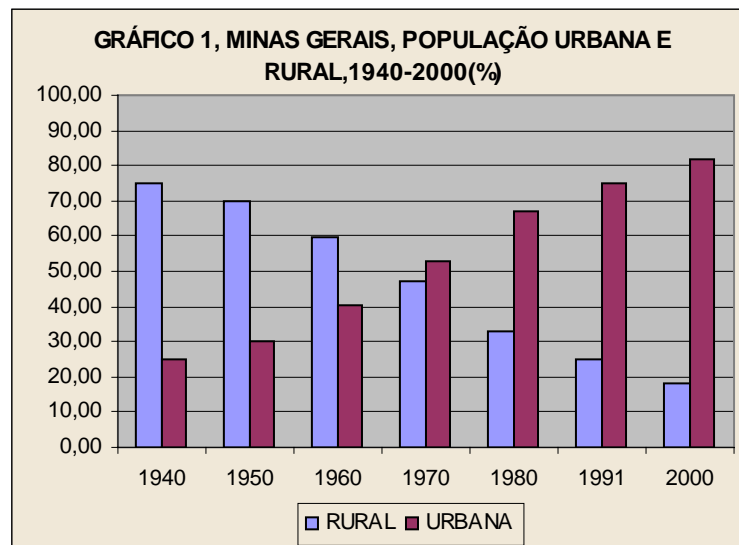
O pano de fundo dessas controvérsias em torno da dicotomia rural – urbano advém, na verdade, de que ambos são tipos ideais, portanto, construções teóricas desenhadas a partir de dois grandes paradigmas que serviram de referência para as Ciências Sociais desde os anos sessenta: a teoria do desenvolvimento e a teoria da modernização. De fato, essas teorias são dois lados de uma mesma moeda, um econômico e outro sociológico, inseridos dentro de um paradigma geral que procurava compreender a passagem nos países em desenvolvimento de uma sociedade tradicional, pré-capitalista, “tipicamente rural”, para uma sociedade moderna, capitalista, “tipicamente urbana”. As migrações, em decorrência das necessidades do mercado de trabalho, se encarregariam de transferir, em proporções cada vez maiores, a população da sociedade tradicional para a sociedade moderna.

É extremamente relativa a correspondência entre a abstração generalizante do paradigma, e de suas respectivas teorias, e as experiências históricas concretas de cada país, em particular, a experiência brasileira. As migrações realmente transferiram maciçamente a população para as cidades, mas o que se constitui hoje em “tipicamente rural” ou “tipicamente urbano” foi permeado pela especificidade, no tempo e no espaço, do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira. A diversidade do “rural” e do “urbano” – propositadamente entre aspas - implica em grandes dificuldades para se definir e, mais ainda, para operacionalizar essas definições. Nem o IBGE, nem qualquer outra instituição, poderia fugir dessa realidade histórica, mesmo que alguns critérios, melhores do que os de 1938, fossem delimitados.

O objetivo deste artigo é exercitar alguns critérios, muitos deles sugeridos pelos autores mencionados, procurando compreender, no caso de Minas Gerais, as dificuldades em se operacionalizar as definições de rural e urbano, dentro do processo de concentração e de dispersão demográfica, associada à fragmentação político – territorial, que têm caracterizado o Brasil e Minas Gerais, em particular.

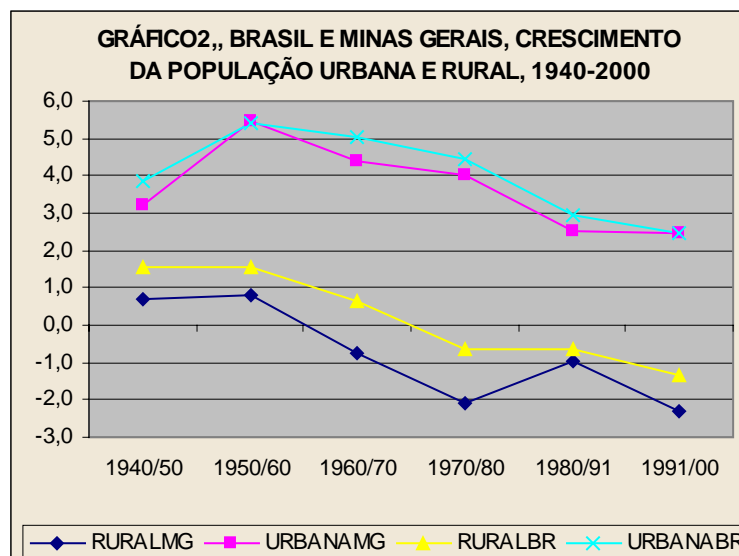
Considerando a definição do IBGE de urbano e rural pode-se observar a tendência a crescente urbanização da população. Esse fenômeno tem acompanhado o desenvolvimento da economia moderna, desde o século XIX, independente do critério utilizado para as respectivas definições. Em outras palavras, trata-se de um fenômeno histórico generalizável, particular em cada país, mas inerente ao mundo capitalista contemporâneo.

Minas, inserida dentro do contexto do desenvolvimento brasileiro, não foge à regra. Desde a década de 70 a sua população residente nas áreas urbanas é superior à rural e, em 2000, o seu grau de urbanização era de 82,0%, semelhante ao do país como um todo. (Gráfico 1).



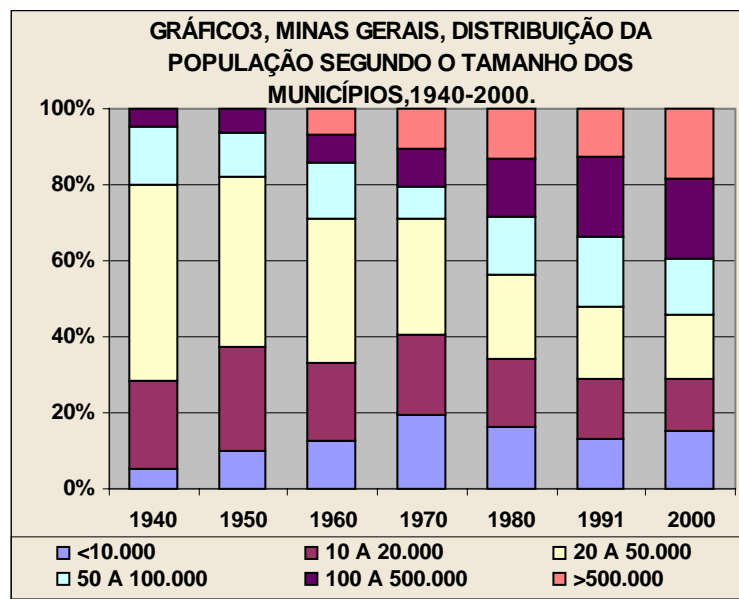
Fonte:FIBGE, Censos Demográficos de 1940,1950,1960,1970,1980,1991 e 2000.

Porém, a velocidade da urbanização em Minas, até os anos 90, tem sido inferior a do Brasil, provavelmente pela grande emigração de mineiros. A exceção dos últimos anos do século XX, Minas sempre teve um saldo migratório negativo.(Gráfico 2) A mesma realidade pode ser vista pelo lado das taxas de crescimento da população rural, sendo as de Minas sempre mais elevadas do que as do Brasil.



Fonte:FIBGE, Censos Demográficos de 1940,1950,1960,1970,1980,1991 e 2000.

A questão do urbano e do rural fica mais nítida quando analisada segundo o tamanho dos municípios. A tendência à concentração, fenômeno também nacional, é evidente: quase 40,0% da população já residia em 2000 nos municípios maiores do que 100.000 habitantes e 18,0% somente em três cidades: Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia. (Gráfico 3) Considerando a referência ao aglomerado metropolitano de BH, independente do tamanho do município, 23,0% da população mineira nele residiam. Essa concentração demográfica, urbana, sem dúvida, não deixa margem a controvérsias.



Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Mas, pelo outro lado, ainda se tem 15,0% da população morando nos municípios menores do que 10.000 habitantes e 28,0%, a mesma proporção de 1940, nos menores do que 20.000. Vale lembrar que dentro do critério de alguns demógrafos, a população residente nesses municípios seria considerada rural. Neste caso, o grau de urbanização de Minas cairia para 65,0%. Ampliando a interpretação da distribuição espacial da população, em 2000, 17,0% ainda residia nos municípios entre 20 e 50.000 habitantes, considerados, também, como pequenos, e 15,0% naqueles entre 50 e 100.000 habitantes, considerados como municípios médios. O critério estritamente demográfico do tamanho da população é arbitrário, pois se apresenta algum sentido nos casos extremos – menores do que 20.000 e maiores do que 100.000 -, nos casos intermediários deixa a desejar. Basta considerar a distribuição da população urbana e rural segundo o tamanho dos municípios. (tabela 1)

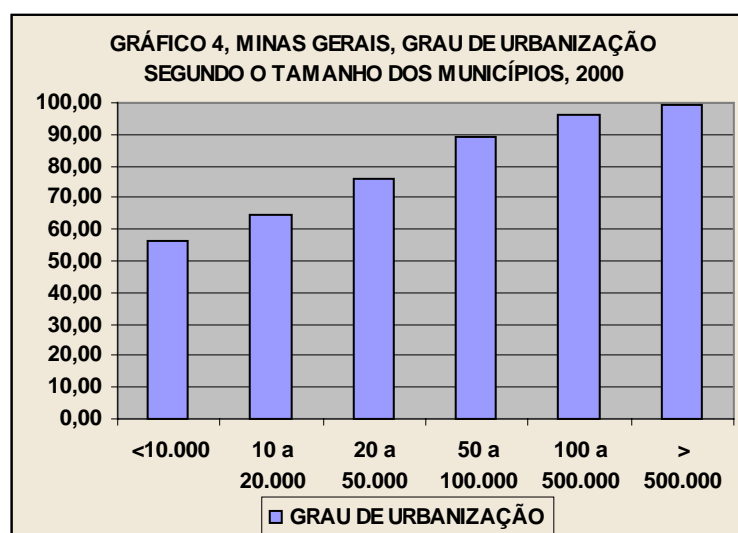
TABELA 1
MINAS GERAIS, POPULAÇÃO URBANA E RURAL,
2000.(% E TOTAIS ABSOLUTOS)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			CRESCIMENTO 1991/2000		
	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL
Menos de 10.000	10,47	36,85	15,25	4,71	1,61	3,35
10 a 20.000	10,70	26,63	13,59	1,30	-2,42	-0,30
20 a 50.000	16,44	23,27	17,68	1,88	-3,53	0,16
50 a 100.000	18,00	9,87	16,53	0,14	-6,33	-0,95
100 a 500.000	21,86	4,05	18,63	1,91	-5,33	1,45
Mais de 500.000	22,26	0,52	18,32	5,56	9,38	5,58
Total	14.647.336	3.244.158	17.891.494	2,49	-2,04	1,44

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A população rural, segundo a definição do IBGE, está fortemente concentrada nos municípios com uma população pequena, cerca de 87,0% dela residia em 2000 nos municípios menores do que 50.000 habitantes. Inversamente, 63,0% da população urbana residia nos municípios maiores do que 50.000 habitantes. Em outras palavras, o lugar prioritário da população considerada rural é o pequeno município, e o da urbana os grandes. O que seria uma hipótese consensual, independente da definição de rural ou de urbano..

Porém, e aí reside um dos problemas, mesmo os municípios menores do que 10.000 habitantes tinham a maior parte de seus moradores nas cidades, ainda segundo a definição oficial.(Gráfico 4)



O próprio IBGE, no último Censo, procurou ampliar as alternativa para a classificação da população. A área urbana foi subdividida em urbanizada, não urbanizada e urbanizada isolada e a rural em extensão

urbana, aglomerado e não aglomerado. A imprecisão das definições e as dificuldades de classificação, certamente enfrentadas pelos entrevistadores, tornaram inócuas a classificação ampliada. Independente do tamanho da população do município, cerca de 99,0% dos residentes nas áreas urbanas ou rurais foram classificados dentro das definições convencionais. A exceção foram os municípios maiores do que 500.000 habitantes, que ao contrário de todos os outros, têm tido um crescimento espetacular da sua população considerada como rural. Na verdade, o que tem sido classificado com rural, na grande maioria dos casos, são os residentes em loteamentos dentro da área considerada rural do município.

Aliás, voltando à tabela 1, observa-se um crescimento significativo dos municípios menores do que 10.000 entre 1991 e 2000. Trata-se exclusivamente do aumento populacional derivado do aumento do número de municípios nesse grupo, resultante da fragmentação de municípios maiores.

A fragmentação territorial, derivada da multiplicação dos municípios é notável em Minas, onde já existem 853, sendo que 130 foram criados entre 1991 e 2000. (Tabela 3) Mais relevante é que a grande maioria, 61,0% é menor do que 10.000 habitantes! 80,7% menor do que 20.000!

São somente 60 municípios com mais de 50.000 e apenas 23 com mais de 100.000 habitantes.

TABELA 3

MINAS GERAIS, NÚMERO DE MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE, 2000

TAMANHO DO MUNICÍPIO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ÁREA(km ²)		POPULAÇÃO		DENSIDADE
		ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	
até 10 mil	517	219.070	37,35	2.728.899	15,25	12,5
10 a 20 mil	171	124.840	21,28	2.431.105	13,59	19,5
20 a 50 mil	105	156.257	26,64	3.162.663	17,68	20,2
50 a 100 mil	37	59.911	10,21	2.957.427	16,53	49,4
100 a 500 mil	20	21.844	3,72	3.333.643	18,63	152,6
mais de 500 mil	3	4.629	0,79	3.277.757	18,32	708,1
MINAS GERAIS	853	586.552	100,00	17.891.494	100,00	30,5

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2000.

Há em Minas, assim como no Brasil como um todo, uma expressiva coexistência dos processos de concentração e dispersão demográfica. (Brito; Horta, 2003) Nos municípios menores do que 20.000 habitantes residem 29,0% da população e se distribuem através de 58,6% do território mineiro. A densidade demográfica média é extremamente baixa na grande maioria dos municípios, 12,5 h/Km². No outro extremo, nota-se uma grande concentração, já observada, em parte, nos 23 maiores municípios, onde moram 37,0% da população, nos estreitos limites de 4,5% do território mineiro. Há um grupo intermediário, ente 20 e 100.000

habitantes que ocupa a mesma área dos menores que 10.000, mas neles moram muito mais do que o dobro da população.

Alguns autores têm observado que um bom critério para a definição do urbano seria combinar o tamanho populacional com a localização dos municípios e a sua densidade demográfica. (Veiga, 2003) Sem considerar a localização, pode-se realizar um exercício para Minas combinando o tamanho e a densidade demográfica. No caso, há uma “generosidade” para definir a densidade a partir da qual pode-se considerar uma área como urbana, 50 h/Km², um terço do limite da OCDE.(tabela 4)

TABELA 4
MINAS GERAIS, DENSIDADE DEMOGRAFICA SEGUNDO O TAMANHO DOS
MUNICÍPIOS, NÚMERO, ÁREA E POPULAÇÃO, 2000

TAMANHO DO MUNICÍPIO	DENSIDADE <50h/Km ²			DENSIDADE >50h/Km ²		
	NÚMERO	ÁREA	POPULAÇÃO	NÚMERO	ÁREA	POPULAÇÃO
até 10 mil	486	216.067	2.524.738	31	3.003	204.161
10 a 20 mil	134	117.437	1.866.726	37	7.403	564.379
20 a 50 mil	75	143.693	2.142.970	30	12.564	1.019.693
50 a 100 mil	9	41.749	695.587	28	18.163	2.261.840
100 a 500 mil	3	7.943	316.230	17	13.901	3.017.413
mais de 500 mil	0	0	0	3	4.629	3.277.757
MINAS GERAIS	707	524.759	7.460.011	146	61.793	10.431.483

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 2000.

Observa-se que apenas 146 municípios poderiam ser considerados como urbano. A área urbana em Minas cobriria apenas 11,0% do seu território e nela residiriam, em 2000, 58,0% da população. Tornando mais flexível o exercício, poder-se ia considerar como urbano, não só os municípios com densidade menor do que 50 h/Km², mas também aqueles maiores do que 50.000 habitantes, independente da sua densidade demográfica. Nesse caso teríamos 64,0% da população mineira residindo em áreas urbanas.

Independente do critério utilizado, encontramos sempre entre os municípios menores do que 20.000 habitantes as menores proporções de áreas consideradas com urbana. Logicamente, o critério demográfico não esgotaria as definições de urbano e rural. Seria interessante introduzir alguns indicadores econômicos para melhor qualificar os municípios segundo os seus diferentes tamanhos.(Brito,Horta,2003)

As tabelas 5 e 6 mostram o Produto Interno Bruto(PIB) de Minas segundo os diferentes setores da economia. Mais da metade do PIB é gerado nos 60 municípios maiores do que 100.000 habitantes e, quando se considera o PIB Industrial e dos Serviços essa porcentagem é bem maior. Já o PIB Agropecuário é produzido, em mais de 50,0%, nos municípios menores do que 20.000 habitantes.

Observando o PIB de acordo com os diferentes grupos de municípios nota-se “naqueles com menos de 20.000 habitantes, uma predominância do setor serviços, mesmo sendo eles responsáveis por 30,0% do PIB Agropecuário. Naqueles entre 10.000 e 50.000 habitantes, o peso relativo do PIB Agropecuário tende a cair e a

TABELA 5, MINAS GERAIS, PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2000(% e totais absolutos)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	TOTAL
até 10 mil	31,51	4,53	8,92	8,93
10 a 20 mil	24,81	8,80	8,06	9,80
20 a 50 mil	22,75	13,69	12,44	13,85
50 a 100 mil	12,64	18,44	13,02	15,34
100 a 500 mil	6,38	30,86	20,48	23,79
mais de 500 mil	1,91	23,69	37,07	28,30
Total	8.354.977.422	42.847.017.005	47.665.505.306	98.867.499.732

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

TABELA 6, MINAS GERAIS, PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS SETORES E O TAMANHO DA POPULAÇÃO, 2000(% e totais absolutos)

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	AGROPECUÁRIO	INDUSTRIAL	SERVIÇOS	TOTAL
até 10 mil	29,84	22,00	48,16	8.824.387.032
10 a 20 mil	21,40	38,92	39,68	9.684.342.839
20 a 50 mil	13,88	42,82	43,31	13.695.620.858
50 a 100 mil	6,96	52,10	40,94	15.163.563.568
100 a 500 mil	2,27	56,22	41,51	23.517.762.627
mais de 500 mil	0,57	36,27	63,16	27.981.822.807
Total	8,45	43,34	48,21	98.867.499.732

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2002

porcentagem do PIB Industrial e dos Serviços é praticamente igual. A prevalência do PIB industrial acontece nos municípios com uma população entre 50.000 e 50.000 e somente neles, pois nos 3 (três) com as populações maiores prima, largamente, o PIB dos Serviços”.(Brito, Horta, 2003) . Ao critério da produção econômica poderia ser acrescentado o PIB per capita e a renda familiar, indicadores com maior significado social(tabela7)

**TABELA 7, MINAS GERAIS, PIB E
RENDA FAMILIAR PER CAPITA, 2000**

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	PIB PER CÁPITA	RENDA FAMILIAR PER CÁPITA
até 10 mil	3.203,96	156,34
10 a 20 mil	4.008,82	183,69
20 a 50 mil	4.497,90	216,62
50 a 100 mil	5.788,89	270,20
100 a 500 mil	6.296,58	298,78
mais de 500 mil	8.567,09	412,57
Total	5.543,30	178,42

Fonte: Fundação João Pinheiro e Censo Demográfico 2000

Não há dúvida que o tamanho da população sugere uma inegável diferenciação. Os dois indicadores são crescentes segundo o tamanho dos municípios. “Desperta a atenção o PIB per capita dos municípios com a população acima de 50.000 habitantes é maior do que a média do estado. Suscita ainda uma maior atenção a renda familiar per capita dos municípios até 10.000 habitantes: ela é a única menor do que a média do estado” (Brito, Horta, 2003)

O ideal, certamente seria utilizar todas as variáveis simultaneamente e, então teríamos conjuntos de municípios mais homogêneos. Entretanto, muito provavelmente, no que se refere a uma melhor especificação do que realmente seria rural ou urbano, não se chegaria a uma classificação melhor do que aquela proporcionada pelo tamanho da população e densidade. Ou melhor, não há possibilidade de qualificar operacionalmente, de uma maneira ótima, o rural e o urbano, principalmente quando se lida com os pequenos municípios. O mais importante seria trabalhar com diferentes indicadores, mas considerando o processo histórico no qual os espaços agrícolas e urbanos se formam e se articulam. O desenvolvimento desigual está sugerido pelos indicadores demográficos e econômicos, entretanto deve ser também considerado a articulação espacial proporcionada pelo processo mais amplo de desenvolvimento e urbanização que articula as diferentes áreas ou municípios.

A enorme fragmentação político territorial é um dos lados políticos desse processo. Basta observar os dados sobre a receita dos municípios. (tabela 8)

**TABELA 8, MINAS GERAIS, RECEITA TOTAL, PER CAPITA E MÉDIA
SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS, 2000**

TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	RECEITA TOTAL	RECEITA TOTAL(%)	RECEITA PER CÁPITA	RECEITA MÉDIA
até 10 mil	159.113.260,38	2,06	57,77	307.763
10 a 20 mil	380.200.645,15	4,93	157,38	2.223.396
20 a 50 mil	489.364.004,21	6,34	160,72	4.660.610
50 a 100 mil	687.040.882,54	8,90	262,29	18.568.673
100 a 500 mil	2.665.542.291,27	34,53	713,67	133.277.115
mais de 500 mil	3.337.456.773,40	43,24	1.021,82	1.112.485.591
Total	7.718.717.856,95	100,00	432,77	9.048.907

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, 2001

Os três maiores municípios mineiros tinham uma receita equivalente a 43,% do total do estado e , se acrescentamos os municípios maiores do que 100.000 habitantes, essa proporção chega aos 80,0%. Os 517 menores municípios “tinham, em média, apenas R\$25.647 para gastar, em cada mês do ano 2000, com os seus cidadãos! “ Essa desigualdade, pode também ser observada, sinteticamente, calculando a relação de cada grupo com a média do estado: para os menores municípios o resultado é 0,03 e para os maiores 123!

Finalmente, fica uma questão: é nítida a diferenciação econômica e demográfica - e entre o “rural” e o “urbano” – nos municípios segundo os seus diferentes tamanhos. Mas, historicamente, como se dá a mobilidade demográfica dos municípios entre os diferentes grupos? Ou em outras palavras, quais são as possibilidades de um município passar de um grupo para o outro?

**TABELA 9
MINAS GERAIS, MUNICÍPIOS SEGUNDO O TAMANHO ORIGINAL EM 1940 E O
ATUAL EM 2000, INCLUSIVE OS MUNICÍPIOS CRIADOS**

MUNICÍPIOS EM 1940	MUNICÍPIOS EM 2000							MUNICÍPIOS CRIADOS
	0 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100a 500	>500	Total	
0 a 10.000	38	21	5	0	0	0	64	16
10 a 20.000	119	59	28	8	7	1	222	119
20 a 50.000	273	65	63	25	7	1	434	316
50 a 100.000	81	28	10	4	5	0	128	111
100 a 500.000	3	0	0	0	1	1	5	3
>500.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	514	173	106	37	20	3	853	565
MUNICÍPIOS CRIADOS	461	75	19	6	3	1	565	

Fonte: FIGBE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

A tabela 9 mostra não só a transição dos municípios de um grupo ao outro, mas, também, os municípios criados entre 1940 e 2000. A maioria

dos municípios criados nos últimos sessenta anos, 461, eram menores do que 10.000 habitantes. A grande maioria deles, 80,0%, era resultante da fragmentação dos municípios entre 20 e 50.000 habitantes ou menores. Em outras palavras, municípios pequenos se fragmentam gerando outros municípios ainda menores, com receita insuficiente, com atividades produtivas, via de regra, gerando pequeno valor agregado e com uma população com uma renda per capita muito baixa.

Mais importante, “a mobilidade demográfica revela um fenômeno interessante. Independente do seu grupo originário em 1940, o município sendo criado ou não, a maior probabilidade, 60,0%, era dele permanecer no mesmo grupo ou regredir para um grupo menor”. (Brito, Horta, 3003) Esse fenômeno revela uma grande estagnação demográfica, ou mesmo uma regressão, devido às migrações motivadas pela ausência de dinamismo econômico regional. Não se trata só de ser rural ou urbano, até porque, no tempo, a população urbana tende a crescer. O mais importante é a estagnação demográfica e econômica desta grande maioria dos municípios que permanece pequeno, ou melhor, no formato adequado ao padrão de crescimento da economia e da urbanização da sociedade.

Bibliografia:

Brito, Fausto; Horta, Claudia, Concentração Populacional e Fragmentação Político Territorial, Seminário ABEP, 2003

Brito, Fausto, Horta Claudia; Urbanização e Metropolização, IUSSP, 2002.

Raquel Cenaqui, A mobilidade dos municípios em Minas Gerais, FACE, 2002.

Veiga, José Eli, As cidades imaginárias, 2003